

Reflexões sobre a formação do intérprete e o desenvolvimento acadêmico do surdo brasileiro

Reflections on the training of interpreter and the academic development of the brazilian deaf in the largest country in Latin America

Reflexiones sobre la formación de intérprete y el desarrollo académico de los sordos brasileños

Mariana Cunha 

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
mcunha@id.uff.br

Marcelo Salabert Gonzalez 

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
msgonzalez@id.uff.br

Helena Carla Castro 

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
hcastro@id.uff.br

Recebido em 29 de abril de 2023

Aprovado em 04 de julho de 2023

Publicado em 13 de julho de 2023

RESUMO

O presente artigo foi versado sobre um tema polêmico que abarca a formação para o intérprete de Língua Brasileira de Sinais no âmbito acadêmico. Apesar da oficialização tardia da profissão, posterior até mesmo ao decreto que legitima a atuação deste profissional nas instituições de ensino, existe um movimento desde 2006, iniciado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em prol da formação de professores e intérpretes de Libras. Ainda que se trate de uma iniciativa recente, outras universidades começaram a trilhar o mesmo percurso, oferecendo à comunidade surda e aos intérpretes a possibilidade de uma qualificação mais ampla e específica, do ponto de vista científico. Essa medida tornou a universidade acessível para uma parte dos surdos, assim como formou tradutores-intérpretes mais habilitados a acompanhar o estudante surdo em seu percurso acadêmico, entretanto não configura ainda uma realidade no que tange a formação desses profissionais. Neste sentido, este trabalho tece breves reflexões com base na literatura a respeito da trajetória dos intérpretes na comunidade surda e como se deu sua formação até os dias atuais, considerando as demandas que surgiram após a oficialização de sua presença

nas instituições públicas de ensino, mais especificamente no ensino superior. Para tal estudo foram utilizadas as plataformas Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).

Palavras-chave: Intérprete; Formação Acadêmica; Universidade; Surdo.

ABSTRACT

The present article was elaborated on the polemical subject that discusses the training for the interpreter of Brazilian Sign Language in the academic scope. Despite the late officialization of the profession, even after the decree that legitimizes the performance of this professional in educational institutions, there has been a movement since 2006, initiated by the Federal University of Santa Catarina (UFSC), in favor of training teachers and interpreters of Libras. Although this is a recent initiative, other universities have begun to follow the same path, offering the deaf community and interpreters the possibility of a broader and more specific qualification, from a scientific point of view. This measure made the university accessible to a part of the deaf, as well as trained translators-interpreters more qualified to accompany the deaf student in their academic path, however it does not yet configure a reality in terms of the training of these professionals. In this sense, this work aims to carry out a literature survey regarding the trajectory of interpreters in the deaf community and how their training took place until the present day, considering the demands that arose after the officialization of their presence in public educational institutions, more specifically in higher education. For this study, the Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) platforms were used.

Keywords: Interpreter; Academic Training; University; Deaf.

RESUMEN

El presente artículo versó sobre el sesgo controvertido que embarca la formación del intérprete de Lengua de Signos Brasileña en el ámbito académico. A pesar de la oficialización tardía de la profesión, incluso después del decreto que legitima la actuación de este profesional en las instituciones educativas, existe un movimiento desde 2006, iniciado por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), a favor de la formación de profesores e intérpretes de Libras. Aunque se trata de una iniciativa reciente, otras universidades han comenzado a seguir el mismo camino, ofreciendo a la comunidad sorda e intérpretes la posibilidad de una titulación más amplia y específica, desde el punto de vista científico. Esta medida hizo accesible la universidad a una parte de los sordos, así como traductores-intérpretes capacitados más capacitados para acompañar al estudiante sordo en su camino académico, sin embargo aún no configura una realidad en cuanto a la formación de estos profesionales. En ese sentido, este trabajo teje breves reflexiones basadas en la literatura sobre la trayectoria de los intérpretes en la comunidad sorda y cómo se dio su formación hasta la actualidad, considerando las demandas surgidas tras la oficialización de su

presencia en las instituciones educativas públicas, más específicamente en la educación superior. Para este estudio se utilizaron las plataformas Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SciELO) y Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).

Palabras clave: Intérprete; Formación Académica; Universidad; Sordo.

1. Introdução

1.1 A comunidade surda e a importância da figura do intérprete

Ao lançar um olhar sobre a trajetória de lutas da comunidade surda brasileira pelos seus direitos, constata-se a participação dos intérpretes nesse processo. Avaliar o papel desse profissional ao longo da história da comunidade surda é uma atividade árdua e delicada, que parece não ter a devida relevância. O tradutor-intérprete de língua de sinais (TILS) transita entre dois mundos vizinhos, porém ainda assim bem distintos. De acordo com Quadros (2002), são considerados em sua atuação o domínio não apenas das duas línguas envolvidas (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa, no caso da comunidade surda brasileira), mas o conhecimento das respectivas culturas, a competência de transferência de sentido, a habilidade de exercer diferentes tipos de interpretação/tradução, o conhecimento técnico e o conhecimento da área de atuação.

Diante de tanta incumbência assumida pelo intérprete de Libras/Português (TILSP), descrever seu percurso e importância para a comunidade surda brasileira implica, quase sempre, uma narrativa aquém da realidade, principalmente ao se considerar os primeiros registros de sua atuação. Um profissional que sem o reconhecimento legal surgiu da necessidade de uma comunidade, que muitas vezes não carregou a formação específica, ocupou e ocupa um espaço fundamental na interlocução entre surdos e ouvintes.

Nascimento (2016), em sua tese de doutoramento, destaca de uma forma muito elucidativa o desafio de se discutir a atuação do TILSP na comunidade surda:

Nesse prisma, questionamos: como levantar a memória de um objeto que nasce sem necessariamente um registro de sua realização, pois sempre esteve presente nas relações intrinsecamente comunitárias, prosaicas, na esfera do cotidiano, na necessidade corriqueira de interação de pessoas que, no caso dos surdos, usam uma língua que, embora seja de modalidade gesto-viso-espacial, passou séculos “invisível”, sendo esquecida e desprezada pelos estudos da linguagem? (NASCIMENTO, 2016, p. 40)

Apesar de sua atuação ser muito anterior, a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais ocorreu em 1º de setembro de 2010, através da Lei 13.319; cinco anos após o decreto que oficializa o tipo de formação que esse mesmo profissional deve ter (Decreto 5,626/05). Não menos importante, esse mesmo decreto é o que determina oficialmente a presença do TILSP nas salas de aula, inclusive nas universidades.

O espaço profissional criado para o intérprete vem se solidificando mediante a colaboração substancial da comunidade surda, seja através das manifestações públicas do não cumprimento das Leis já estabelecidas, ou da contribuição direta na formação e ou aprimoramento dos TILSP. Mesmo com a Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) que prevê condições de igualdade no exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, inclusive a acessibilidade comunicacional, os surdos brasileiros ainda enfrentam desafios no que diz respeito à aplicabilidade desses regimentos.

A participação dos surdos nas discussões sociais representou e representa a essência para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais, e isto é/foi fundamental no reconhecimento da língua de sinais em cada país, após a qual o surdo passa a ter direito linguístico nessa comunidade. (VIANA; GOMES, 2020, p. 208)

Entretanto, os primeiros passos registrados em direção à formação de intérpretes de Libras ocorreram algumas décadas antes mesmo do reconhecimento da Libras como língua de comunicação da comunidade surda brasileira (Lei 10.436/02), através de uma iniciativa da Federação Nacional de Educação e Instrução de Surdos (FENEIS).

É neste contexto que na década de 1990 surgem tentativas de dar uma formação específica para estes profissionais, principalmente por

iniciativa da Federação Nacional de Educação e Instrução dos Surdos (FENEIS), que observando a heterogeneidade de desempenho dos intérpretes, propõe cursos de curta duração para formação. Estes cursos eram, em geral, ministrados por ouvintes e, ocasionalmente, por surdos e visavam ampliar os conhecimentos e fluência em Libras, sem outros focos de atenção. (LACERDA; GURGEL, 2011, p. 483)

A FENEIS foi fundada em 16 de maio de 1987, sendo uma organização filantrópica cujo principal objetivo é o de garantir os direitos básicos à comunidade surda, tais quais a educação, saúde, políticas linguísticas, emprego, cultura, enfim, tudo o que se faz necessário para que uma comunidade funcione. Na intenção de inserir o surdo no mercado de trabalho em condições justas, a FENEIS iniciou a oferta de cursos de curta duração para capacitar intérpretes que já atuavam de alguma maneira com os surdos, porém muitas vezes sem o preparo mínimo. A Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes – ABRATE, fundada em 21 de maio de 1974, um pouco antes da FENEIS, é uma organização igualmente sem fins lucrativos, gerida por intérpretes voluntários, cujo ponto principal de seu trabalho é promover cursos para novos intérpretes, eventos e fomentar trocas entre intérpretes, instituições e ou agências. Ambas as associações, assim como o próprio Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES ofertaram ao longo de sua trajetória cursos de Libras que em muito contribuíram para o desempenho dos TILSP, no entanto, conforme o surdo se insere na sociedade, conquista novos lugares, a demanda por uma interpretação que acompanhe essa nova realidade também se faz necessária.

E esse distanciamento entre ‘o que se fala’ e ‘como se fala’ começou a ficar cada vez mais evidente com o passar dos anos. Contudo, o avanço do surdo no mercado de trabalho, nos espaços de direito em geral, a necessidade de criação e implementação de políticas públicas que promovessem a igualdade de direitos à comunidade surda passou a ficar mais evidente. Infelizmente, no cenário brasileiro, um dos direitos mais básicos, a comunicação, se encontra muito comprometido. Ao se estudar as hipóteses viáveis para o estabelecimento da comunicação entre as comunidades surda e ouvinte, a representação desse direito se materializa na figura do TILSP. Em outras palavras, garantir uma formação adequada para aquele que promoverá a acessibilidade comunicacional do surdo na sociedade passou a ser pauta de muitos debates.

A participação da comunidade surda no processo de formação dos intérpretes varia consideravelmente de país para país, sendo possível em alguns casos observar diferentes resultados entre estados, de acordo com a influência da comunidade surda local. Um exemplo dessa divergência regional é o caso de Santa Catarina, sede do primeiro curso de graduação em Letras-Libras do Brasil (2006), conquistado mediante participação ativa da comunidade surda na luta pelo direito ao ensino superior. Essa influência da comunidade surda local acontece mediante manifestações a respeito da falta de acessibilidade, principalmente em espaços públicos, o que acaba por corroborar a implementação de políticas públicas que validem o que, em muitos casos, já é assegurado por lei.

“Para pensarmos em formação de intérpretes, precisamos, portanto, estar atentos ao nível de participação da comunidade surda na sociedade. Dependendo desse nível de participação, a comunidade surda estará mais ou menos envolvida na formação dos intérpretes implicando no sucesso ou não dessa implementação”. (QUADROS, 2006, p. 51)

Para além da língua em si, existe um universo de pontos a serem considerados no momento da comunicação e isso se aplica desde a disposição física do ouvinte durante uma fala direcionada ao surdo, até o reconhecimento de que ambos compartilham culturas diferentes. Não há como separar a Libras, a cultura surda e a natureza do ser surdo. Essa tríade precisa ser considerada no seguimento da capacitação dos intérpretes, na tentativa de garantir uma qualificação profissional eficiente.

“Há vários níveis de formação de intérpretes para surdos no mundo. Desde o nível secundário ao nível de mestrado, podemos encontrar pessoas especializando-se para se tornarem profissionais mais qualificados. Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sociocultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida.” (QUADROS, 2006, p. 51)

O prélio pela formação adequada do TILSP, assim como pelo reconhecimento de sua atuação na comunidade surda ratificaram a importância da legitimação do papel desse profissional. A comunidade surda, ocupando seu lugar de fala, tem como atribuição genuína a validação das hipóteses discutidas

a respeito do perfil desse profissional, uma vez que ela própria quem se servirá principalmente dos serviços prestados por essa categoria.

A profissionalização, o reconhecimento, a formação e a atuação do profissional tradutor-intérprete de língua de sinais vêm se transformando devido à necessidade da presença deste profissional nas propostas de inclusão, que impõem a presença do intérprete na ampla participação social, permitindo às pessoas surdas o acesso e a garantia dos direitos de participar nas diversas esferas sociais, com acesso às informações e ao reconhecimento da língua de sinais. (VIANA; GOMES, 2020, p. 210)

1.2 Da garantia da presença do profissional TILSP nas salas de aula brasileiras

Ao se considerar a qualidade do acesso da comunidade surda à educação, é importante destacar, inicialmente, que a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394 de 1996 preconizam a educação equitativa a todos os estudantes, inclusive àqueles com necessidade educacional especial (NEE) e/ou com deficiência. Sendo o surdo um estudante que necessita diretamente da intermediação na comunicação entre ele e não apenas o professor, mas todo o restante da instituição, entende-se como um primeiro passo para a acessibilidade de fato acontecer nesse ambiente a presença indispensável do TILSP. Ter acesso ao conhecimento científico, assim como as informações cotidianas em Libras, é uma demanda do surdo que pode ser atendida através da presença do TILSP.

Para o cumprimento destes direitos, as políticas educacionais preveem o apoio de recursos educacionais especializados. Tais recursos para os estudantes surdos têm na figura dos Tradutores e Intérpretes em Língua de Sinais/Língua Portuguesa (compreendidos como TILS) um dos principais apoios educacionais especializados que os possibilitam a ter acesso às informações acadêmicas em Libras em sala de aula com ouvintes. (SILVIA; FILIETAZ, 2020, p. 2)

Ao analisarmos a situação dos intérpretes nas instituições de ensino, constataremos os entraves encontrados tanto pela comunidade surda, quanto pelos próprios TILSP. A começar pelos desafios enfrentados pelos surdos, partindo da premissa do reconhecimento da Libras como língua de comunicação da comunidade surda brasileira e da obrigatoriedade do intérprete em sala de

aula para mediação do conteúdo em salas inclusivas (Decreto 5.626/05), é possível afirmar que a presença do profissional ainda é motivo de pleito para muitas famílias.

Uma delas [estratégias do poder público] seria a de oferecer o intérprete de língua de sinais onde houver surdos matriculados. De qualquer maneira, a distância entre o prescrito e o executado, em alguns estados brasileiros, está fazendo com que os próprios surdos ou seus familiares estejam acionando judicialmente o Estado e exigindo o ensino em LIBRAS. (QUADROS, 2006, p. 143)

Atualmente, as instituições de ensino brasileiras, em especial as universidades e faculdades públicas, precisam terceirizar o profissional, não havendo, necessariamente, de uma avaliação prévia a respeito da qualificação dele. No caso de haver no quadro de funcionários da instituição, os surdos ainda precisam contar com o conhecimento da banca avaliadora que promoveu o processo seletivo sobre as especificações necessárias deste profissional. A falta de profissionais da área na composição de bancas avaliadoras tem contribuído significativamente para a inserção de TILSP sem qualificação em espaços escolares/acadêmicos, o que compromete significativamente a vida educacional do estudante surdo.

Em agosto de 2019, a Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública a respeito da falta de TILSP no ensino superior. A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência apontou a oferta insuficiente desses profissionais como um grande prejuízo para a comunidade surda acadêmica, assim como a necessidade de se regulamentar uma nova jornada de trabalho para melhores condições da oferta, sendo destacado o não cumprimento da Lei 10.436 e do Decreto 5.626 e as implicações diretas da ausência dos TILSP. De acordo com a deputada do PT/DF Erika Kokay:

“Se você não tem intérprete, está excluindo da condição de estudante as pessoas surdas e nós temos, portanto, a necessidade de assegurarmos que em todas as instituições federais nós possamos ter acessibilidade” (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019)

Considerando que muitos ambientes escolares e acadêmicos ainda estão engatinhando no percurso da acessibilidade, é viável considerar que além das questões de interpretação do conteúdo ministrado pelos professores, os surdos

enfrentam diariamente barreiras de comunicação em outras instâncias, as quais também podem ser consideradas fundamentais para sua permanência na instituição de ensino. A falta de acesso aos demais ambientes dessas instituições pode comprometer o desenvolvimento desses estudantes, seja na dificuldade do acesso à biblioteca, ou na tentativa de comunicação com a secretaria ou coordenação, devendo se considerar que o estudante surdo está em desvantagem em relação ao estudante ouvinte, visto que o acesso ao conhecimento e as informações não é realizado em sua língua natural, permitindo que situações cotidianas se tornem grandes desafios.

Imaginem ter aulas em uma língua que não é a língua falada na escola [...]. Os próprios articuladores que encabeçam as políticas públicas de educação chegam à conclusão de que isso seria extremamente dispendioso e acabaria criando situações garantidas por lei, mas sem serem concretizadas. (QUADROS, 2006)

1.3 Do ingresso do estudante surdo no ensino superior brasileiro

Com a criação de políticas públicas em prol da educação de surdos no Brasil, tais como o reconhecimento da Libras como língua de comunicação da comunidade surda, posteriormente com o decreto obrigando a presença de intérpretes de Libras nas instituições públicas de ensino e o desenvolvimento de propostas de educação bilíngue para surdos, o ingresso do surdo ganhou uma proporção mais significativa no ambiente acadêmico.

É cada vez maior o número de estudantes surdos que ingressam no ensino superior no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação, em 2003, apenas 665 surdos frequentavam a universidade. Em 2005, esse número aumentou para 2.428, entre instituições públicas e privadas. (BISOL; VALENTINI; SIMIONI; ZANCHIN, 2010, p. 148)

Entretanto, promover o acesso do surdo ao ambiente acadêmico não garante necessariamente que esse estudante terá uma experiência acadêmica de qualidade. Existem muitas questões que permeiam a identidade surda, como por exemplo o tipo de relação com a Libras e a Língua Portuguesa, o que imediatamente já estabelece um panorama bem distinto de atendimento em sala de aula. Surdos que possuem um engajamento maior com a Língua Portuguesa,

independente do agente motivador, sofrem impactos diferentes dos que não mantêm a mesma relação.

Portanto, o ingresso do surdo no ambiente acadêmico é fundamental para o desenvolvimento da pessoa surda em termos educacionais, linguísticos e socioculturais. Porém, possibilitar a participação de surdos no meio acadêmico não significa apenas abrir vagas no quadro de estudantes, mas sim colocar em prática os necessários aspectos linguísticos e culturais relacionados a estes acadêmicos e assim, possibilitar a integração com os demais participantes. (MONTEIRO, 2017, p. 3)

Nesse sentido, destacando o fato de que basicamente todo conhecimento científico se apresenta através da Língua Portuguesa (ou de uma outra língua de mesma modalidade), seja na oralidade ou escrita, fica evidente que o surdo não desfruta da educação equitativa preconizada pela Constituição Federal. Pressupor que esse estudante se encontra nas mesmas condições de um ouvinte no que tange o considerável quantitativo de produção intelectual exigido na academia, especialmente no que diz respeito a compreensão e expressão desses conteúdos, significa denunciar a falta de conhecimento das instituições de ensino a respeito da natureza linguística do surdo.

A tensão criada pelas dificuldades da leitura e da escrita pode ser vista de várias perspectivas, como revela uma análise mais detalhada das falas dos entrevistados (surdos). Uma delas, que aparece de modo sutil, mas merece ser mencionada, é que essas dificuldades “denunciam” ou expõem uma falha que remete à questão da deficiência ou da diferença cultural. (BISOL; VALENTINI; SIMIONI; ZANCHIN, 2010, p. 166)

Dentro deste contexto, outras questões que também carecem de atenção se tornam ainda mais invisíveis como a ausência dos sinais acadêmicos nacionais e de dicionários em nível de graduação e pós-graduação, como os existentes na área médica para os profissionais de saúde ouvintes, que permitem que estes tenham uma formação uniforme de norte a sul do país, diferentemente da situação da comunidade surda na academia.

1.4 Da relação com o intérprete e a permanência do estudante surdo brasileiro na universidade

Ponderando sobre as questões que envolvem a permanência do surdo no ambiente educacional brasileiro, fazendo um destaque aqui para o espaço

acadêmico, ganha evidência a necessidade do intérprete de articular sua atuação de acordo com as necessidades específicas do estudante surdo, desde que estejam todas no âmbito de sua experiência acadêmica. Considerar que adaptar o processo seletivo para o ingresso nas universidades e mediar o conteúdo das aulas configuram medidas suficientes para manter o estudante surdo até a conclusão de seu curso é desacreditar integralmente na natureza humana, marcada principalmente pela vida em sociedade.

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os estudantes, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. (QUADROS, 2004, p. 60, 61)

Apesar do raio de atuação do intérprete ultrapassar a sala de aula, é válido ressaltar aqui a linha tênue entre promover acessibilidade e assumir o lugar do outro. A responsabilidade na mediação da comunicação, seja ela dentro ou fora de sala, precisa se restringir ao processo de tradução e interpretação das línguas envolvidas, considerando, sem nenhuma objeção, as questões sociais e culturais que permeiam a mesma.

A atuação do tradutor-intérprete deve estar centrada no atendimento a todas as pessoas surdas com o objetivo de promover a comunicação e a integração entre surdos e ouvintes. (VIANA; GOMES, 2020, p. 208)

Entretanto, o TILSP precisa se manter isento do seu próprio julgamento de valor ou moral, não podendo interferir na comunicação ou tomar para si o papel de outro profissional. Ainda que ele discorde da fala do surdo ou do interlocutor, seja este o professor, pesquisador, palestrante ou qualquer outra pessoa que necessite de seus serviços, a função do TILSP é de mediação, necessitando, com riqueza de detalhes, ser o mais fiel possível não apenas na escolha dos vocábulos que transmitirão a mensagem do locutor, mas à emoção depositada por cada parte envolvida.

O papel do intérprete e do professor precisam ser reforçados de modo a nenhum dos profissionais ter seu espaço transpassado, seja essa atuação profissional em que país for. Mediar a comunicação não pressupõe a intervenção pessoal, assim como se utilizar do mediador para comunicar não transforma o

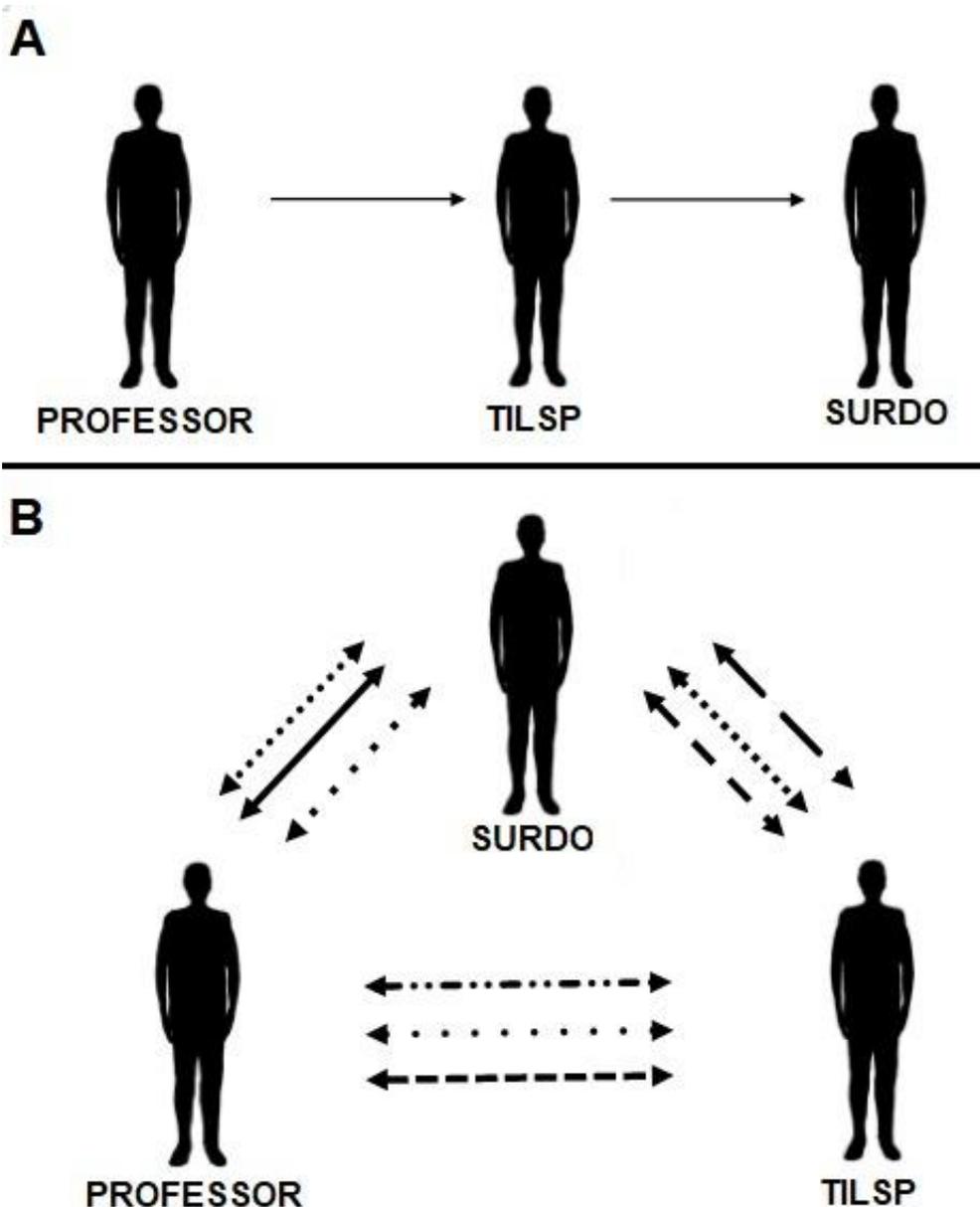
intérprete em estudante ou professor. Cada um deve ocupar o próprio lugar de trabalho para o melhor aproveitamento do surdo e de sua vida acadêmica, considerando este um cenário já bastante desafiador.

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os estudantes dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. (QUADROS, 2006, p. 60)

O professor deve estabelecer com o estudante surdo o mesmo tipo de relação que estabelece com o ouvinte, ou seja, ainda que se utilize do intérprete, o professor deve se dirigir ao surdo para falar, ele deve interagir durante a dinâmica da aula se reportando fisicamente para o surdo e não para o intérprete. Da mesma forma que o intérprete precisa ser fidedigno em sua interpretação e tradução, não podendo atribuir e nem retirar informações das sentenças proferidas, ainda que não concorde com as mesmas. Todo e qualquer juízo de valor deve ficar de fora do seu trabalho. Sua função é promover o acesso à informação através da interpretação/tradução e a isso deve ficar restrito. Sua qualificação deve acompanhar sem ressalvas o nível acadêmico em que atua, não comprometendo a compreensão do surdo por falta de conhecimento linguístico ou desenvoltura profissional.

“Uma pesquisa realizada em 2001- 2002 com intérpretes de língua de sinais considerados fluentes [...] apresentou os seguintes resultados, [...] no contexto de tradução em sala de aula do português para a língua de sinais: “(1) omissão de informações dadas na língua fonte; 2) acréscimos de informações inexistentes na língua fonte; (3) distorções semânticas e pragmáticas em menor ou maior grau do conteúdo veiculado na língua fonte; (4) escolhas lexicais inapropriadas” (QUADROS, 2006, 152).

Figura 1: Relações e interações entre o professor, o TILSP e o estudante surdo brasileiro. A) relação unidirecional equivocada e B) relações bidirecionais interativas em diferentes ordens que podem incluir desde questões visuais até comportamentais específicas dos que interagem



Fonte: autoria própria (2023)

Ao compreender a natureza linguística do surdo e aceita-lo em condições equitativas como ocorre com os ouvintes, o docente proporciona um espaço mais saudável para o processo de ensino-aprendizagem do estudante surdo, assim

como contribui para o desenvolvimento das relações interpessoais desse estudante. Faz-se relevante destacar que tais condições equitativas começam através do trabalho desempenhado com o TILSP para melhor atendimento do surdo.

1.5 Da formação e da atuação do TILSP no ensino superior

Antes de se questionar a formação e o espaço de atuação do TILSP no Brasil, é importante ter consciência das atribuições que qualificam esse profissional. Segundo Lacerda (2009), o intérprete de Libras (TILSP) é a pessoa que possui a fluência de ambas as línguas (Libras e Língua Portuguesa) e a capacidade de transmitir e verter conteúdos entre elas, favorecendo a inserção social da pessoa surda. Sendo assim, para desempenhar tal papel em um ambiente marcado pelo caráter científico, faz-se necessário que o profissional seja conhecedor desse cenário; em outras palavras, o TILSP precisa estar familiarizado não apenas com o léxico das línguas envolvidas no processo, mas também a realidade que implica a vida acadêmica.

No Ensino Superior a demanda é muito mais complexa, exigindo uma formação mais específica, com domínio dos conteúdos e com uma fluência na língua de sinais mais elaborada. (VIANA; GOMES, 2020, p. 209)

Do ponto de vista acadêmico, é importante destacar que quando se fala em formação de intérprete, estamos considerando aqui uma formação em nível superior. Há que se ressaltar que, apesar da importância da formação superior do TILSP para atuar no ensino superior, a legislação atual ainda permite a abertura de editais de concurso para contratação desses profissionais sem essa exigência. Esse é um ponto que merece uma análise futura mais profunda a ser discutida envolvendo não só essa, mas outras brechas que a legislação brasileira ainda possa permitir que comprometa o atendimento da comunidade do ensino superior. Contudo, a problematização desse aspecto legal não é o foco do presente artigo.

A brecha em nossa legislação permite, portanto, que muitas universidades brasileiras ainda realizem concursos para TILSP, aceitando em seu edital a

formação exclusivamente através de cursos ou apresentação do exame PROLIBRAS (exame nacional de proficiência em Libras).

Sob esta óptica as universidades públicas e os órgãos autorizados ofertavam o exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa – o PROLIBRAS, quando na verdade deveriam seguir o instituído no art. 17 do Decreto 5626/2005, de que “[...] a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (SILVIA. FILIETAZ, 2020, p.3)

Faz-se necessário destacar que apesar do intuito do exame PROLIBRAS ser de comprovar a proficiência linguística do candidato em Libras, não se pode garantir que o desempenho final no exame esteja diretamente ligado com a competência tradutória (CT) ²do sujeito. Como apontado por Quadros (2006), são muitas habilidades que compreendem a CT, não apenas o suposto domínio das duas línguas em questão no Brasil (Libras e Português).

A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores. (LIMA, 2018, p. 59)

Considerado o estudante surdo na imensidão de possibilidades comunicativas no ensino superior, intentar um TILSP que não tenha vivenciado em sua formação as estratégias, metodologias e conhecimentos científicos específicos parece não compactuar com a permanência do estudante surdo na universidade, ao invés disso, acaba por caminhar na contramão desse propósito.

[...] apesar da profissão de TILS estar assegurado na legislação, na prática, a oferta não acompanha as demandas de profissionais capacitados, e as instituições escolares, sobretudo o Ensino Superior, acabam contratando TILS com certificação do exame nacional de proficiências em Libras (PROLIBRAS), sem a certificação específica na área e sem graduação superior. (SILVIA; FILIETAZ, 2020, p. 6)

É preciso conceber o quão lesivo pode ser a universidade brasileira contratar um TILSP sem preparo adequado, sendo esse profissional uma peça essencial na garantia da acessibilidade comunicativa para o surdo dentro do espaço acadêmico. Por mais proficiência linguística que tenha o intérprete, na universidade ele será incitado diretamente com vocabulários pertinentes ao âmbito acadêmico, com outros oriundos das ciências com as quais ele entrará

em contato através do estudante, assim como com as demandas próprias do ensino superior, que em muito diferem da escolar.

Assim, como conhecimentos básicos são insuficientes ao professor, no caso do tradutor e intérprete de Libras, muito mais do que um conhecimento básico da língua de sinais, é necessário, entre outros fatores que determinam o fazer profissional, saber fazer uso das línguas na complexa e plural rede de relações sociais que se ampliam cada vez mais pelos direitos dos surdos e por sua garantia. (GIAMLOURENÇO, 2018, p. 45)

O contexto acadêmico no Brasil e em todo o mundo exigirá desse profissional a desenvoltura para lidar com as barreiras e contratempos que aparecerão, inevitavelmente, durante a trajetória do estudante surdo no ensino superior. Sendo entendida a presença do TILSP como mecanismo principal de promoção da acessibilidade linguística do surdo, torna-se fundamental que esse profissional esteja apto a atender as demandas acadêmicas desses estudantes. O conhecimento científico específico, no que concerne à Libras, se torna indeclinável no perfil profissional do intérprete, não podendo apenas dominar interpretações no nível social. Permitir que TILSP com formação básica em Libras atue nas universidades é permitir o comprometimento da formação do surdo em nível superior, podendo afetar o grau de complexidade e entendimento dos conteúdos que são essenciais a sua atuação futura como profissional. Ele poderá alcançar alguns significados ao longo do tempo, mas não estará em equidade com os demais estudantes, conforme lhe é previsto em lei. Entretanto, esse cenário em desequilíbrio ainda é bastante comum nas universidades.

Deste modo, as instituições de ensino superior (IES) para atender às demandas judiciais ou da comunidade surda passaram a contratar pessoas que se dispunham a atuar como TILS sem atenção para uma avaliação pormenorizada de sua formação e competência para exercer esta função. Importava que atuassem em sala de aula de forma satisfatória do ponto de vista do estudante surdo e dos professores. (LACERDA; GURGEL, 2011, p. 483)

Considerando os pontos até aqui apresentados, não apenas para a comunidade surda, público principal a utilizar do serviço de tradução e interpretação, mas os professores e os colegas de sala, ao iniciarem uma comunicação com os surdos através do intérprete, também estarão à mercê da competência profissional e científica do TILSP. Sendo assim, a falta de preparo para a atuação do tradutor-intérprete dentro da academia coloca em questão

tanto a eficiência na comunicação entre as partes, quanto a legitimidade das falas.

Para realizar essa tarefa (interpretação), é necessário ao intérprete de língua de sinais conhecer os equivalentes entre as expressões típicas da língua de partida (português) e as da língua de chegada (língua de sinais), nem sempre vertendo em sinais todas as palavras pronunciadas pelos ouvintes, mas procurando manter o sentido e buscando os efeitos produzidos pelo pronunciador do enunciado oral. (ROSA, 2005, p. 81)

Portanto, o ato interpretativo exige do profissional o entendimento a respeito da natureza das línguas envolvidas, assim como a consciência de que não há garantia de correlatos diretos entre elas. Cabendo ao profissional ter os recursos linguísticos para estabelecer significados e, não menos importante, conhecer intimamente as culturas envolvidas no processo, de forma a transmitir o mais fidedignamente possível o sentido apresentado da língua-fonte. ¹

A fidelidade do tradutor não se relaciona somente à língua de partida, mas com as duas línguas, ou seja, a língua de partida e de chegada. O compromisso de fidelidade requereria do tradutor a busca de um equilíbrio entre a alteridade e a identidade com o original. (RONAI, 1952, p. 10 apud ROSA, 2006, p. 126)

Neste contexto, fica evidente a necessidade de se trabalhar com uma competência tradutória - CT² que atenda a demanda da universidade como um todo, desde o estudante surdo aos demais envolvidos no processo. Não exigir a formação adequada desse profissional, a qual é contemplada no decreto 5.626/05, denuncia o pouco crédito que é dado à comunidade surda acadêmica.

O tradutor precisa conhecer as minúcias semelhantes da língua de partida com a língua de chegada para poder receber além do conteúdo estritamente lógico. [...] A arte do tradutor consiste justamente em saber quando pode verter e quando deve procurar equivalências (RONAI, 1952, p. 10 apud ROSA, 2006, p. 126)

Dentro da universidade, é muito comum estudantes surdos reportarem problemas contextuais ou semânticos nas interpretações. Grande parte desses ocorridos são oriundos de tentativas de interpretação ou tradução considerando a língua de partida e de chegada como ciências exatas, ou seja, interpretações realizadas ao pé da letra, muitas vezes esvaziadas de sentido.

O tradutor não deve traduzir palavra por palavra, nem pode utilizar o texto de partida como um ponto sobre o qual improvisa livremente. O

ato tradutório só acontece a partir de uma mensagem que compreendia pelo leitor/tradutor a transforma em nova mensagem compreensível ao leitor da língua de chegada. (ROSA, 2006, p. 126)

Durante sua atuação, o intérprete precisa considerar fatores externos à língua com o objetivo de garantir à interpretação o significado original da língua de partida. Como nesse caso estamos falando de línguas de modalidades diferentes, os aspectos culturais que se manifestam através de cada uma podem dificultar ainda mais o ato interpretativo, uma vez que os traduzir como se apresentam nem sempre faz sentido na língua de alvo.

No caso das línguas de sinais, não só a mensagem da oralidade será transformada, mas também a modalidade da língua de partida, passando de uma língua oral auditiva ou escrita para uma língua visual espacial. (ROSA, 2006, p. 128)

Ao procurar manter o significado da fala original através da busca por expressões ou situações equivalentes no âmbito semântico, o intérprete assume uma posição de muita responsabilidade, cuidando sempre em ser o mais fiel possível e não se tornar o autor da fala.

A atividade tradutora é paradoxal. Por um lado, trai, na medida em que realiza uma aculturação do original, mas por outro, também é fator de democratização do saber, visto que ela expande a vida do texto, tornando-o compreensível no seio de outra cultura. (ROSA, 2005, p. 91)

No Brasil, quando o intérprete se forma em Letras-Libras (bacharelado), ele adquire junto com o conhecimento científico, estratégias linguísticas e metodológicas para lidar com situações próprias da sua área de atuação, o que o tornará um profissional mais preparado para oferecer à comunidade surda acadêmica um serviço de tradução e interpretação mais fidedigno. Os estudantes surdos já sofrem por não receberem o conteúdo ministrado em Libras, o que acaba por colocá-lo em um lugar não apenas de dependência de demandar ainda mais da qualidade de formação daquele que vai estabelecer a comunicação nesse processo, nesse caso o TILSP, podendo haver atraso no acesso à informação, perda de sentido e fluidez na conversa. Se além de lidar com essas questões que permeiam a condição de estudante surdo em uma sala de aula regular, esse mesmo estudante ainda tiver de enfrentar informações

distorcidas ou incompletas, torna-se evidente que a sua permanência na universidade ficará significativamente comprometida.

Outro aspecto importante é a garantia da participação do estudante surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. (QUADROS, 2004, p. 62)

Inicialmente, estudantes e professores enfrentarão situações inusitadas e pode acontecer de não saberem como reagir. No entanto, se todos entenderem a condição da natureza surda e se sentirem à vontade para consultarem os próprios surdos sobre o papel do TILSP na intenção de proporcionar um ambiente mais equilibrado e acolhedor, as chances de permanência do surdo na universidade se tornam muito maiores.

“Os professores e os intérpretes de língua de sinais não sabem muito bem como resolver impasses na sala de aula decorrentes da nova experiência. Assim, [...] o Estado encontre alternativas que deem sustentação para a viabilização desta prática, no sentido de garantir o sucesso desta política pública.” (QUADROS, 2006, p. 158)

A inclusão é um processo, tem etapas e leva tempo. No percurso, é muito comum reavaliar algumas decisões e refazer algumas estratégias de forma a aprimorar o processo. Não é o caso de uma ciência exata. De fato, existem etapas comuns em todas as propostas apresentadas pelas instituições de ensino superior, entretanto algumas divergências podem acontecer considerando fatores externos à língua. O imprescindível é o entendimento da perfeita capacidade cognitiva do surdo, sua não responsividade a estímulos e metodologias baseados na oralização e, não menos importantes, o respeito à natureza e língua.

“Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os estudantes surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula.”. (QUADROS, 2004, p. 61)

Não se pode negar que o cenário mais congruente, quando se fala no acesso do surdo ao ensino superior, seria um programa que contemplasse todo o conteúdo na língua de sinais do seu país. Reflexionando, inclusive, o que defende a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência) em seu Artigo 1: “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, faz-se factível a ideia de compreender a sala de aula como um espaço de negociações, isto é, acordos podem ser realizados para uma oferta mais digna para os estudantes surdos. A inclusão passa a ser entendida como a garantia de que essa educação seja possível. Por muitos anos, os estudantes surdos estão espalhados em escolas regulares sem acesso de fato à educação (QUADROS, 2006).

Precisamos destacar aqui que não existe o cumprimento legal desse direito. O estudante surdo não tem a chance de escolher ao mesmo tempo o curso de seu interesse e a língua em que ele será ofertado, a menos que tenha um TILSP. De um modo geral, as graduações que possuem professores lecionando seus conteúdos em Libras são o Letras-Libras e Pedagogia (quando ligada a uma Instituição Especializada). Não se pode dizer que o surdo possui o direito de optar sobre seu acesso ao ensino superior, principalmente no mesmo nível dos estudantes ouvintes, uma vez que ele não tem acesso às opções. A oferta do ensino para a comunidade surda não conversa com a demanda da mesma.

Ao mesmo tempo, por desejarem a sua realização, apoiam o seu desenvolvimento. Parece paradoxal e, realmente, o é, pois a política não expressa totalmente os anseios dos movimentos surdos, mas, ao mesmo tempo, representa a esperança depositada no futuro, na formação das crianças surdas, mesmo de forma não totalmente adequada. (QUADROS, 2006, p. 157)

Considerando a necessidade do TILSP de ter não apenas o conhecimento linguístico suficiente para trabalhar com a Libras e a Língua Portuguesa, sem ocasionar prejuízos ao surdo, mas também de ser familiar ao vocabulário formal e científico de sinais acadêmicos, muitas vezes indisponíveis ou mesmo inexistentes, um enorme desafio se mantém para a comunidade surda acadêmica que inclui gerar e/ou organizar esses dicionários acadêmicos oficiais em conjunto com as sociedades científicas e instituições oficiais como o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no sentido de contribuir para a formação do surdo, a partir da melhoria da formação e atuação dos TILSP.

2. Perspectivas internacionais

Na busca de uma síntese das discussões científicas a respeito do panorama, analisamos na literatura nacional e internacional as publicações que exploram de alguma maneira a formação de TILSP, com um enfoque especial na atuação destes profissionais no ensino superior. Foram desconsideradas as publicações que abordavam especificamente a atuação destes profissionais em outros cenários, ou seja, em ambientes diferentes do ensino superior, assim como a atuação de TILS em outros países.

As publicações aqui mencionadas foram obtidas através das plataformas Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) no período de dezembro de 2022 a março de 2023. Os algoritmos utilizados no levantamento foram: “intérprete\$/interpreter/interpret* and universidade\$/university/università”, “formação/training/formazione and intérprete\$/interpreter/interpret”, “surd* pós-gradua?”, “acessibilidade pós-gradua?”. Quanto aos títulos pesquisados, foram: “O estudante surdo na pós-graduação”, “A formação dos TILS de ensino superior”, “A relação do intérprete com a permanência do surdo no ES”, “A importância da qualidade da interpretação em Libras no ES”. Quanto aos possíveis critérios aplicados para a seleção foram: Idioma (português); Disponibilidade (texto integral), todo o tipo de artigos e livros. As demais obras citadas aqui são resultados de acervo literário já adquirido, as quais conversam com os pontos trabalhados nesse artigo.

Observou-se que existem poucos dados atualizados no que tange a formação desses profissionais, porém Lacerda e Gurgel (2011) apontaram em sua pesquisa que 64% dos intérpretes de ensino superior entrevistados por eles possuem graduação, porém em áreas diferentes da que atuam, 23% ainda estavam cursando (estando na mesma posição acadêmica dos surdos que eram atendidos por eles) e 13% não possuíam qualquer experiência acadêmica, o que configura um cenário ainda mais delicado, que pode comprometer significativamente a formação acadêmica do estudante surdo.

[...] é possível destacar que a maioria deles passou por algum tipo de formação em Libras, mas menos da metade fez formação específica para atuar como TILS, e neste grupo um terço fez esta formação há mais de dez anos indicando pouco interesse por formação continuada para a área de atuação. (LACERDA; GURGEL, 2011, p.494)

Com o crescimento do curso de Letras-Libras pelo Brasil, ainda que de forma tímida e lenta, é possível acreditar que boa parte dos profissionais atuantes sem formação adequada tenha buscado uma qualificação mais específica, contribuindo para melhores condições de seu próprio trabalho, tendo em vista as significativas manifestações da comunidade surda no que diz respeito ao desempenho da categoria. Entretanto, estimular esses profissionais nessa busca pelo aperfeiçoamento e exigir nos editais a formação apropriada para uma atuação no âmbito acadêmico é o caminho mais seguro para atribuir mais qualidade ao trabalho.

Promover uma experiência acadêmica digna e que respeite as demandas do estudante é o percurso que as universidades precisam trilhar e esse cenário só se tornará realidade mediante trabalho colaborativo entre estudantes surdos, ouvintes, intérpretes e professores. Faz-se necessário estimular a participação dos estudantes surdos com suas leituras das experiências vivenciadas, conscientizar os estudantes ouvintes sobre a importância da interação com os estudantes surdos, o que pode ser promovido, inclusive, através de programas da universidade. Não menos importante, desmistificar algumas crenças a respeito da surdez e, o ponto de partida para que todo esse processo aconteça, a contratação de profissionais intérpretes devidamente capacitados para estarem no âmbito universitário viabilizando a acessibilidade comunicacional dos estudantes surdos nesse espaço tão pouco explorado por eles.

Quanto às instituições de ensino superior, elas precisam rever profundamente o modo como lidam com o ensinar e o aprender. Precisam conhecer a surdez, pensar sobre as diferenças linguísticas e culturais e sobre o modo como essas diferenças incidem na vida acadêmica desses estudantes. (BISOL; VALENTINI; SIMIONI; ZANCHIN, 2010, p. 169)

Faz-se necessário discutirmos mais profundamente a respeito da tentativa de integrar o estudante surdo no ambiente acadêmico, por vezes tão supressivo. Compreender as demandas da comunidade surda no ensino superior, conhecer

mais de perto seus desafios e as barreiras que esses estudantes encontram diariamente em busca do conhecimento científico são os primeiros passos para a elaboração de propostas mais fidedignas de acessibilidade ao surdo.

Quadro 1: Boas práticas na atividade de interpretação no ensino superior e na pós-graduação.

Atividade/Ação e Atores envolvidos	Descrição da Atividade/Ação do TILSP
Atenção com a relação TILSP-Docente	Estabelecer uma relação estreita entre as partes, de forma ao TILSP ter livre acesso ao docente para sanar possíveis dúvidas do conteúdo ministrado e discutirem propostas de abordagem mais efetivas, assim como acesso antecipado (contemplado em lei) ao material a ser trabalhado em sala pelo professor.
Atenção com a relação TILSP-discente surdo	Ser fiel ao discurso proferido (sem atribuições de juízo de valor ou correções), acompanhar os discentes surdos nas atividades acadêmicas; ambos devem discutir possíveis propostas de sinais temporários para apresentação de novos conceitos em sala que ainda não possuam sinal próprio.
Atenção com a relação TILSP-discente ouvinte	Se colocar à disposição para auxiliar estudantes ouvintes na interação com os estudantes surdos, apresentando-os alguns aspectos linguísticos da Libras, assim como sinais de interesse.
Ampliação e atualização do vocabulário do TILSP	Buscar constantemente atualizar e ampliar seu vocabulário (Libras) através das produções científicas mais recentes; assim como acompanhar a comunidade surda e seus movimentos políticos.

Fonte: autoria própria, 2023.

Para além da interpretação da aula ministrada, é necessário discutirmos propostas metodológicas que contemplem a surdez e a cultura que vem com ela. Avaliações, material didático, atuação do professor, a relação deste com o estudante surdo, enfim, há muitas questões que permeiam a permanência do surdo no espaço acadêmico e para realizarmos ofertas inclusivas que atendam

de fato à comunidade surda acadêmica, é preciso conhecer a realidade enfrentada por eles.

3. Considerações finais

A literatura e a sociedade brasileira, em especial a comunidade surda, já observam que pensar na permanência do estudante surdo na universidade implica considerar, dentre os fatores de maior impacto e importância, a formação apropriada do grupo de intérpretes que irá acompanhá-lo. Não há como desassociar a proficiência e o preparo desses profissionais, em seu amplo aspecto, dos resultados produzidos pelo estudante, aumentando ainda mais a importância deste profissional que deve ter seu papel reconhecido e valorizado também no meio acadêmico pelas comunidades científica e surda.

A formação acadêmica do TILSP precisa compactuar com a realidade que ele enfrentará quando se tornar o mediador da comunicação do estudante surdo com os demais, isso seja na graduação ou na pós-graduação. O fato é que na mesma progressão em que o estudante surdo enfrenta seus obstáculos para galgar novas possibilidades, faz-se necessário exigir do tradutor-intérprete o mesmo nível de competência linguística e profissional. As proporções de ambos envolvidos nesse processo precisam conversar. Se o estudante habita em um lugar científico e linguístico não explorado pelo TILSP, o surdo terá certamente sua comunicação comprometida; se o estudante está em um espaço consideravelmente aquém do que o tradutor-intérprete se encontra e a este profissional falta o real entendimento do que compete à sua atuação, existe a grande chance dele tomar para si o papel do estudante e interferir diretamente em seu discurso. Se o intérprete possui conhecimento linguístico, todavia não apresenta uma competência tradutória satisfatória, não dispõe de conhecimento científico na área em que irá atuar, assim como não fora preparado para lidar com as situações pertinentes ao âmbito acadêmico, o TILSP comprometerá significativamente a compreensão do estudante surdo sobre os conteúdos e os fatos, como também afetará continuamente seu discurso.

No que diz respeito à contratação desses profissionais, atribuir pontuação significativa para a participação em eventos com e sem apresentação de trabalho, publicações, cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação devem ser condição para aprovação, assim como a exigência de uma formação acadêmica pertinente ao cargo a ser ocupado.

Partindo desses pontos supracitados como proposta para uma experiência de maior qualidade com os intérpretes no âmbito acadêmico, é necessário compreender que o processo de inclusão do surdo nesse espaço não se dará apenas com a presença do intérprete, ainda que este atue de forma exclusiva com o estudante, bem como este caminhar não é independente do caminho escolar do surdo, que o preparou para sua entrada no ensino superior. Assim, além da mediação comunicativa, é preciso que os professores compreendam a realidade linguística e social do surdo, enquanto estrangeiro em seu próprio país, assim como sua condição de estudante não ouvinte, ou seja, a metodologia comumente usada pelo professor ao longo de sua carreira provavelmente não atenderá às necessidades do estudante surdo e precisa ser atualizada continuamente em prol dessa comunidade acadêmica.

Referências

BISOL, Cláudia Alquati et al. **Estudantes Surdos No Ensino Superior: Reflexões Sobre a Inclusão**, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100008>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei 12.319/10. Lei que Regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Câmara dos Deputados, Brasília, 01 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-norma-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GIAMLOURENÇO, Priscila Regina Gonçalves de Melo. **Tradutor e Intérprete de Libras: Construção da formação profissional**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal De São Carlos, 2018.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete de língua de sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Relatório de Pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo Proc. 00443-3/05, p.1-84, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral - **Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil – 2011.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000300009>. Acesso em: 02 abr. 2023.

LIMA, Maria Farias. **Políticas linguísticas e Tradutores e Intérpretes do par Libras/Português brasileiro: Implicações na formação profissional em decorrência da legislação brasileira.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis/SC, 2018.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **Mestres e Doutores surdos: Um estudo sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil -** Revista Espaço, 2017.

NASCIMENTO, Marcos Vinícius Batista – **Formação de Intérprete de Libras e Língua Portuguesa: Encontro de sujeitos, discursos e saberes -** tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, São Paulo/SP, 2016.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete –** dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005.

SILVA, Polliana Barboza da; SANCHES, Isabel. **A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NO ENSINO SUPERIOR: O QUE DIZEM OS SURDOS?.** IV Congresso Nacional de Educação, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID4134_08092017130812.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

SILVA, Rosilene Lima da; FILIETAZ, Marta Rejane Proença. **A formação do tradutor e intérprete da Língua de Sinais/Língua Portuguesa em um curso de extensão.** Revista Transmutare, 2020.

VIANA, Marcos Vinícius Guimarães; GOMES, Márcia Regina. **Desafios do estudante surdo no ensino superior.** Revista Espaço, 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, Brasília, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: Espaço de negociações.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 141-161, maio/ago. 2006 - Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ROSA, Andrea da Silva. **A (im)possibilidade da fidelidade na interpretação da Língua Brasileira de Sinais.** Processos Tradutórios, Línguas de Sinais e

ISSN: 1984-686X | <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X83216>

Educação, Grupo de Estudos e Subjetividade. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.123-135, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856332.pdf>. Acesso em: 28/04/2023

SILVEIRA, Braulio de Oliveira. **O Desenvolvimento da Competência Tradutória e o Currículo do Bacharelado em Letras – Ênfase em Tradução: Inglês da Fale-Ufjf** – Trabalho de monografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

Modalidade do artigo: Relato de pesquisa () Revisão de Literatura (X)

¹ Língua fonte - É a língua que o intérprete ouve ou vê para, a partir dela, fazer a tradução e interpretação para a outra língua (a língua alvo). (QUADROS, 2004, p.7).

² Segundo o modelo holístico do PACTE, “considera-se que a competência tradutória é um conhecimento especializado que consiste em um sistema subjacente de conhecimentos declarativos (saber que) e, em sua maior proporção, operacionais (saber como), necessários para saber traduzir. (SILVEIRA, 2008).



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)